

O IHGB e a escrita das histórias das províncias: algumas considerações

The IHGB and the writing of provincial histories: some considerations

Ana Priscila de Sousa Sá

Doutoranda em História – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil
Bolsista - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Brasil
priscilareds@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-0048-280X>

Resumo: Escrever sobre as histórias das províncias no Brasil imperial era valioso para conhecer o passado local, iluminar fatos nebulosos, mapear o território, contribuindo para a construção de uma identidade por meio do compartilhamento de uma narrativa comum. Nesse contexto, já na proposta de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentava uma ideia de centralização do conhecimento sobre as partes do Império, além do lançamento de uma série de programas históricos para organizar as etapas da pesquisa. Esse rasgo centralista, todavia, não desencorajou a produção de relatos desde as províncias, sobre as quais muitos letrados escreveram mesmo não sendo membros do Instituto, ou sendo admitidos após oferecerem uma obra local. Neste artigo, a breve análise de algumas dessas histórias ajuda demonstrar o peso que tinham no projeto de escrita da história nacional.

Palavras-chave: Histórias das províncias; IHGB; Império do Brasil.

Abstract: Writing about the histories of the provinces in imperial Brazil was valuable for learning about the local past, illuminating nebulous facts, mapping the territory, contributing to the construction of an identity through the sharing of a common narrative. In this context, the proposal to create the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presented an idea of centralizing knowledge about parts of the Empire, in addition to launching a series of historical programs to organize the stages of research. This centralist aspect, however, did not discourage the production of reports from the provinces, about which many scholars wrote even though they were not members of the Institute, or were admitted after offering a local work. In this article, a brief analysis of some of these stories helps demonstrate the importance they had in the project of writing national history.

Keywords: Histories of the provinces; IHGB; Empire of Brazil.

A escrita das histórias das províncias atendia a demandas de se saber sobre o passado, que experimentava uma necessidade de ser narrado ao longo do Oitocentos. Embora não houvesse nesse caso um locus organizador como seria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o seu projeto de uma história nacional agregando o “todo” em vez de cada história particular das “partes”, havia um crescente interesse na sociedade local/regional por sínteses, relatos históricos que servissem para entreter e instruir leitores mais ou menos especializados nos assuntos históricos, ou apenas curiosos pelo tema, alimentados por iniciativas individuais de pesquisadores ou pelo mercado editorial, que conhecia seu gradativo desenvolvimento. A urgência se apresentou no bojo da emancipação política, colocando a independência em relação a Portugal declarada em 1822 como evento motriz que desencadeou a interpretação dos tempos pretéritos da nascente nação. Para tanto, as primeiras décadas do século XIX no Brasil conviveram com a ausência de modelos institucionais que disciplinassem essa escrita, resultando em uma variedade de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição (ARAUJO, 2009: 86-87), conservando formas antigas e já incorporando características do moderno conceito de história.

Segundo Padilla, a ideia de modernidade inaugurada no final do século XVIII requeria a criação de um novo espaço para “desarrollar experiencias fundadas menos en la emulacion del pasado y más en futuros proyectados”, de modo que “a discordancia entre el pasado y el futuro convierte a esta “modernidad” en una época que aspira a autonomizarse com respecto a cualquier otra del pasado” (PADILLA, 2009: 554). O fato decisivo que a distinguiu era a relação com o tempo, convertendo-a numa época que aspirava se autonomizar frente a qualquer outra do passado. Imersa nesse processo, a história alcançou uma centralidade no vocabulário sócio-político a partir da década de 1830, que passava a ser entendida como um conjunto de novas experiências e categorias explicativas, não apenas como narração de sucessos pretéritos. Um exemplo interessante para acompanhar esse redirecionamento foi a evolução da distinção entre historiógrafo (antiquário) e historiador moderno já marcado em um dicionário da década de 1850. Ao passo que o primeiro referia-se aos sucessos, reunindo materiais, o segundo selecionava, ordenava, examinava os feitos, julgava os homens e coisas, além de ser menos adulator e manter a imparcialidade (FARIA, 1859: 326).

Na América ibérica, o recorte 1750-1850 assinalou uma transformação semântica da história, passando pela reconfiguração dos projetos imperiais espanhol e português, influenciando no conteúdo e forma das novas narrativas, essenciais para a administração ao ofertar o registro do território e da história. De inspiração ciceroniana (a história como “mestra da vida”, ministrando exemplos ao presente), em uma primeira fase dominou um conceito que entendia a história como um gênero literário. Estimulada pelos movimentos políticos e sociais do pós-ruptura colonial, a segunda etapa tendeu para a assimilação de uma história nacional, estruturando narrativas que dessem um sentido condizente com a nova situação política dos países recém-independentes, ainda que com incertezas quanto ao futuro (expectativa) e a convivência de formas de vida criadas anteriormente no novo espaço de experiência política (o corte ciceroniano apareceu em uma versão amplificada e não nos moldes clássicos). Em uma terceira etapa, novos debates surgiram articulando noções como as de progresso e civilização, gerando novos dicionários e a emergência de uma história da nação (PADILLA, 2009: 562)¹.

Ao afunilar o mesmo recorte para o contexto luso-brasileiro, observou-se que entre 1750 e 1807 as tentativas de reformar o Império português e racionalizar a administração, buscando integrar os diferentes territórios que o compunham, estiveram ligadas a um movimento de laicização das narrativas. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, principiou um período de aceleração histórica nesse espaço, abrindo um segundo momento (1808-1831), no qual o projeto político aliou tradição e inovação visando enfrentar os tempos modernos. No Brasil, entre 1831 e 1850, aproximadamente, a Abdicação de D. Pedro I inaugurou uma nova ordem, tendo na construção de uma história nacional uma necessidade, além de uma história da literatura, mesmo que fosse difícil pensar em uma literatura nacional totalmente descolada da portuguesa (PIMENTA, 2009: 121-136).

A fundação do IHGB em 1838 deu-se nessa conjuntura de crescente politização da escrita histórica. Consolidando-se na década de 1840, o fio condutor e maior objeto da narrativa foi, como já mencionado, a Independência, e para orientar a busca de documentos nas províncias, o Instituto apresentou uma série de programas históricos como os de Cunha Barbosa e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro” (1839) e “Quais os

¹ Ressalve-se que as mesmas denominações podem adquirir valores distintos, conforme circulem no idioma espanhol ou português.

meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?” (1841), respectivamente. Seguir as diretrizes contidas nesses programas esbarrava em problemas como as longas distâncias, a precária conservação dos arquivos públicos e particulares, inclusive as revoltas que ocorreram em várias regiões, atrasando o envio dos documentos, contudo, houve muito trabalho de pesquisa e escrita em jornais, livros, revistas, e depois nos institutos regionais, portanto, fora do “lugar autorizador”, o IHGB (HRUBY, 2012: 100-149). A questão era como agregar a história da nação às províncias, fossem elas mais próximas ou mais distantes da Corte.

Sobre a escrita das histórias provinciais

Na diversidade dos relatos, uma modalidade que ganhou relevo foi a das histórias de províncias. A Revista trimensal do IHGB muito se ocupou do debate nessa seara, genericamente, chamada de história regional – entendendo o sentido de regional como a representação da Corte sobre as províncias do Império, isto é, como partes de um todo nacional que deveriam ser integradas, inclusive, a uma narrativa histórica geral – a qual esteve entre os temas fundamentais no decorrer do Oitocentos em termos de fontes, artigos e trabalhos publicados, atestando seu peso no projeto de escrita da história nacional. Nesse âmbito, para o período 1839-1889, percebe-se que o Rio de Janeiro predominava entre as temáticas publicadas, seguido das províncias do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pará (MENDES, 2011: 58). Daí depreende-se dois aspectos principais: a preocupação com regiões de fronteira (delimitação de raias com os vizinhos) e a colocação da história das províncias segundo uma perspectiva centralizadora e regional (desde a Corte), almejando uma ligação orgânica entre as regiões e o centro político do Império. No que tange ao tratamento da questão, era privilegiada:

a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades - descartando com isso a polêmica do regionalismo - mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional. O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista. (GUIMARÃES, 1988: 23-24)

Ainda que o intuito fosse o de normatizar as condições para a pesquisa científica (ou filosófica, expressão frequente da primeira geração do Instituto) e elaborar um relato histórico sobre o Brasil, a melhor forma de realizá-lo foi alvo de divergências. A ideia de uma história geral

esteve nos planos do Instituto desde a sua fundação, todavia, logo em 1839 Raimundo José da Cunha Mattos ponderou que não convinha e nem lhe parecia possível “escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros deste Instituto” (MATTOS, 1863: 122); argumento que sinalizava o ainda precário trabalho de coleta e armazenamento das fontes e a necessidade de definir um padrão de escrita da história por meio do uso de um aparato crítico capaz de reconstituir esse passado. Já outro “pai fundador” do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, frisou no “Discurso” de inauguração da agremiação que a tarefa de escrita da história geral seria possível com a “coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império” atraídos ao Instituto pela glória nacional (BARBOSA, 1839: 10), e em “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843), Dissertação premiada pelo IHGB, Karl von Martius tocou nesse ponto nevrálgico. Na ocasião, afirmou a necessidade de “escrever uma série de histórias especiais de cada uma das províncias”, todavia, o intento final seria a escrita acerca do “Todo Unido”, pois deveria o historiador patriótico aproveitar “toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente” (MARTIUS, 1845: 400-403).

A produção de histórias desde as províncias podiam ser encaradas mesmo como inconvenientes ao projeto historiográfico centrado no IHGB, e, no limite, como meio de exposição das fragilidades da monarquia centralizada – igualmente defendida em planos como o de von Martius – se assinalassem as identidades regionais e, sobretudo, se apresentassem um verniz separatista. O rasgo centralista do plano articulava-se a um conjunto de interesses e questões políticas, econômicas e sociais, o que não desencorajava a produção de histórias particulares em vários cantos do Império, tivessem ou não o objetivo de, mais tarde, serem utilizadas como fontes para a história geral projetada. Além do conhecimento do passado local, escrever sobre a província encontrava acolhida em outros focos de grande valia como a iluminação de fatos nebulosos envoltos na memória oral da região, o mapeamento do território para melhor conhecer o país, contribuindo para a construção de uma identidade por meio do compartilhamento de uma história comum.

Para examinar aspectos como esses, remeto aos trabalhos: “Compêndio das eras da Província do Pará” (1838) de Antônio Ladislau Monteiro Baena; “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí” (1855) de José Martins Pereira de Alencastre; “Memória histórica da Província de Santa Catarina” (1856) de Manoel Joaquim d’Almeida Coelho; “Anais da

Província de Goiás” (1864) também de Pereira de Alencastre; “História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850” (1867) de Tristão de Alencar Araripe; “Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte” (1877) de Manoel Ferreira Nobre. Não é o escopo aqui analisar de modo mais detido essas obras, mas tão somente expor algumas linhas acerca das motivações e noções gerais do trabalho, daí a escolha pelos prefácios ou Discursos Preliminares, locais onde os autores abordavam o plano de trabalho. Note-se que as publicações citadas deram-se entre as décadas de 1830 e 1870, período de consolidação do Estado imperial e construção da ideia de nação, e processo de disciplinarização da história do Brasil a partir do IHGB. Especialmente acentuados após a década de 1830, conceitos como o de nação sofreram uma progressiva historicização, marcando uma descontinuidade com o período anterior ao denotar a insuficiência que os conceitos disponíveis, até então, para pensar o novo horizonte aberto com a proclamação da Independência, como categoria histórica (ARAUJO, 2008: 103-186). A relação com o tempo e o passado foi se descolando dos ciclos ligados à imitação e ao exemplo, passando a ser experimentada como produtora de diferenças e singularidades a serem demarcadas e reconhecidas.

Dedicar a narrativa histórica ao estudo particular das províncias foi um exercício que fez frente ao modelo privilegiado representado na história geral. Analisando o caso da província de Minas Gerais, Bruno Medeiros e Valdeci Araujo afirmaram que a leitura liberal da formação do Estado “como elemento aniquilador das autonomias locais alimentou uma tradição historiográfica subterrânea, na qual foi produzida uma leitura alternativa do processo de Independência que valorizou as diversas iniciativas do período colonial” (MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 29-36), com isso, gêneros como as corografias, memórias, cronologias e anais se tornaram menores ou auxiliares, ainda que se mantivessem como lugares de resistência. A revitalização desses gêneros reordenando as partes da história geral tinha a ver com a ideia de que o Brasil só poderia assumir seu destino histórico se Minas Gerais o revelasse via revisão da história local.

As obras enumeradas traziam como objetivos principais o conhecimento e divulgação da história da província, atentando para aspectos formais da escrita da história como a importância da pesquisa arquivística e da crítica documental. Um elemento comum entre os autores poderia ser representado pela declaração “Ao público” de Manoel Ferreira Nobre, segundo a qual seu trabalho como Oficial-Maior da Secretaria da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte o despertara para tomar apontamentos que logo desejou trazer a lume para o conhecimento

descritivo da província ainda inexistente. Informou que não escrevia a “história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências, que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que pareçam: é um ligeiro ensaio” (NOBRE, 1971: 16). O sentido de nomear o trabalho como ensaio aparecia mesmo no título: “Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte” – considerada a primeira história da província, alçando Ferreira Nobre à condição de primeiro historiador do Rio Grande do Norte – dando a entender que a empreitada cobijava modestos louros, dando-se por satisfeito em ofertar um primeiro relato historiográfico aos leitores comprovincianos e aos futuros escritores que se comprometeriam com a continuação da útil empresa.

Ferreira Nobre atuou em cargos políticos importantes da província, exercendo conjuntamente o papel de político e de intelectual. A “Breve notícia” não trouxe uma síntese histórica para o Rio Grande do Norte, compondo uma unidade narrativa, os capítulos não estavam organizados a partir de um ordenamento temporal, mas enfeixados de forma desconexa em um somatório de informações sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas sobre as cidades e vilas da província à época. No trato com o material compulsado nos arquivos, não houve distinção e hierarquização das fontes para classificar como verídico ou inverídico – documentos oficiais e tradições fornecidas pelos habitantes das vilas e das cidades tiveram o mesmo valor na função de provar o texto – nem estabelecimento de uma crítica documental, mas reiterava um compromisso com a verdade (COSTA, 2017: 69-90).

As declarações de modéstia desfilavam entre os autores, todavia, era ressaltado o mérito de fazer a narração dos fatos mais notáveis ocorridos na província, autenticados por documentos “insuspeitos” e cuidadosamente verificados, como firmado por Tristão de Alencar Araripe na obra reconhecida como a primeira história da sua província, a “História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850”. Alencar Araripe disse não querer ostentar talentos de historiador, mas reflexões presentes no prefácio da obra apontavam para certa consciência mais moderna sobre a escrita histórica, de ampliação dos atores importantes para o relato histórico:

Já é passado o tempo em que entendia-se a História somente como o registro dos crimes, das loucuras e dos infortúnios do gênero humano de maneira que o reinado cheio de obras pacíficas e proveitosas à sociedade considerava-se estéril sob a pena do historiador. Hoje porém ele já sai do terreno das batalhas e dos conselhos dos reis para ocupar-se também do modesto cidadão. (ARARIPE, 1867: V)

Em se considerado o primeiro historiador cearense, Alencar Araripe apresentou a escrita da primeira história do Ceará como fruto do grau de civilização atingido pelas letras no Norte do Império. Para tanto, teceu uma narrativa organizada a partir das imbricadas questões de civilização, propriedade e indígenas, o que aponta para a hipótese de que a obra foi construída conscientemente para ser ofertada ao IHGB, inclusive, pela abordagem sobre as questões indígena e jesuítica, produzindo, assim, um livro não polêmico para ser aceito, dada a sensibilidade que tais temas tinham no Instituto. A promessa era dividir o livro em duas partes: narrativa e documentos. Leitor dos historiadores antigos, estava convencido de que escrever era proferir julgamentos, em uma metodologia tripartite: historiador, leitores e Tribunal da Posteridade, por isso a importância das conclusões estarem fundamentadas na documentação, corroborando a autoridade judicativa nas provas. Contudo, os documentos não foram indicados ao final do livro, o que pode ser entendido como uma grande lacuna, já que possuiriam uma função metodológica fundamental no relato. A promessa do autor de apresentar uma nova maneira de historiar ficou em torno de citações das fontes no corpo do texto, antigas fontes não nomeadas e afirmações sem comprovação (HRUBY, 2018: 343-364). Assumindo ao longo dos capítulos a função de comentar, copiar, compilar e criar narrativas; coube a Alencar Araripe a sinceridade de reconhecer as faltas.

O comentário de Alencar Araripe condensava uma preocupação com a crítica histórica em voga no período, o que incluía a confiabilidade ou não do trabalho do autor que servia de base bibliográfica. Sobre isso, na segunda parte da “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí”, José Martins Pereira de Alencastre alertou para o problema da apreciação acrítica do material na feitura de uma obra, sustentada pela confiança nos antigos historiadores, ou pela preguiça de se lançar ao trabalho do exame e trabalhosa crítica assentada em “documentos verídicos, escrupulosamente estudados”, a consequência seria a reprodução das “galantes fábulas” que ainda envolviam a história do Piauí. Quanto aos relatos sobre povos indígenas no Piauí, por exemplo, tinha por referência o “Tratado descritivo do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa e questionava a “Corografia Brasílica” (1817) de Aires de Casal, entendia que aquele primeiro documento consultado não teria nenhum interesse em faltar à verdade, pois não se tratava de “uma obra de especulação, como muitas, que hoje surgem dos prelos, e a que

se não pode conceder em consciência senão o título de – mercadoria” (ALENCASTRE, 1857: 18-24).

A seleção dos documentos aparecia como dependente do processo de avaliação crítica do autor que servia como referência, independente de provir de uma autoridade reconhecida como Cazal. Nesse aspecto em particular, a “Memória” de Alencastre parecia mais atualizada com o seu tempo do que a de Ferreira Nobre, em um âmbito geral, pode ser vista como um exemplar da variedade das formas de se fazer história no Brasil oitocentista que articulava uma descrição histórica e corográfica em um enredo cronológico. O próprio título já indicava a sequência das partes em que estava dividida. Primeiro, a informação cronológica, ano a ano, dos sucessos desde o “descobrimento” do Piauí por Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra em 1675, até a posse da presidência da província por José Ildefonso de Souza Ramos em 1843, a segunda e a terceira partes foram dedicadas ao relato histórico e, por fim, na quarta parte realizou uma descrição da configuração geográfica da região, enfatizando rios, limites, fazendas e as freguesias do Piauí, semelhante ao exercício de informar sobre cada vila da província estruturada por Ferreira Nobre na “Breve notícia”.

A opção pelo enredo cronológico – com a narração dos eventos ocorridos em recortes anuais ou intervalos maiores – permaneceu relevante, mesmo com a preferência por modelos narrativos mais modernos. Outro autor que também escolheu essa forma de exposição foi Antônio Ladislau Monteiro Baena no “Compêndio das eras da Província do Pará”. Buscando aproveitar os apontamentos que fizera quando encarregado da Estatística da Província do Pará, no que teve acesso aos arquivos públicos de Belém, descreveu o caminho que modulou o fio da narração:

Dei-me ao penoso trabalho de reuni-los em um volume copiando-os indiscriminadamente; isto é, sem alguma ligação sistemática ou derivação de uns de outros, não interrupta, nem violenta. [...] Concebi que melhor faria se organizasse a matéria observando uma dedução cronológica singela: fiz o esboço debaixo deste ponto de vista, e parecendo-me tolerável concluí o curioso e breve quadro, que me lisonjeio somente de haver delineado. (BAENA, 1838, s/p)

A explicação de Monteiro Baena, militar de carreira português que atuou por décadas na região, evidenciava que o plano era fazer o registro sumário dos acontecimentos locais, destacando dados geográficos físicos, demográficos, econômicos e das gestões dos governadores que se sucederam à frente da administração. Com início em 1615, quando aportou uma frota portuguesa conduzindo Francisco Caldeira de Castelo Branco, investido de poderes especiais

para promover a conquista da Amazônia, e, terminando com o registro de 1823, quando o Pará se tornou província do Brasil independente; o *Compêndio* se aproximava do gênero das efemérides, podendo servir de consulta para curiosos e fonte para obras posteriores. Monteiro Baena asseverou no Discurso Preliminar que seu objetivo era produzir uma história civil privativa do Pará, ainda inexistente – o trabalho mais contundente nesse caso era os “Anais históricos do Estado do Maranhão” (1749) de Bernardo Pereira de Berredo, que ele esperava ter sido dividido em duas partes: uma dedicada à história civil do Pará e outra à do Maranhão – não com “garbos e beldades” da linguagem, mas com a certeza da verdade dos fatos contida nos escritos oficiais e registros autênticos que passaram por seu exame ocular, isto é, na escrita histórica, mais valia a veracidade dos fatos relatados a partir do exame documental do que a elegância do estilo, traço que ele reconhecia lhe faltar. A verdade, primeiro, o estilo depois.

Note-se que os escritores elencados desempenhavam outras funções, ocupando cargos na administração pública, na política, e a atividade de pesquisa e escrita histórica estavam diretamente vinculadas ao exercício dessas atribuições, podendo ser uma iniciativa pessoal ou encomendada pelo Estado imperial ou algum órgão local. Essenciais para a inserção das províncias na grande narrativa nacional, livros com esse perfil igualmente auxiliavam na integração política dessas “partes” do “todo”, exemplar no caso do “*Compêndio*” de Monteiro Baena, versando sobre fatos e personagens da região amazônica.

Um servidor que tomou para si a tarefa de narrar o passado de outra província foi José Martins Pereira de Alencastre, dessa vez os “Anais da Província de Goiás”. A motivação foi manifestada logo na Advertência ao leitor:

Os deveres da administração nos levaram naturalmente à necessidade de também conhecer o passado da província. Foi quando tivemos ocasião de ler, mas dessa vez no próprio original, a Memória de Luís Antônio, que depois nos veio a servir de muito.

Vimos quanto era deficiente, verificamos os seus erros e lacunas, e por fim nos compenetrámos da necessidade de serem melhor devassados os feitos do passado, pelo muito que estava ainda oculto na poeira dos arquivos.

Desde que demos começo a esse estudo, foi com intenção feita de escrevermos os Anais da Província de Goiás. (ALENCASTRE, 1864: 7. Grifo do autor)

Presidente da Província de Goiás entre 1861 e 1862, reconheceu o cônego Luís Antônio da Silva e Souza como o verdadeiro cronista daquela província, tendo todos os que lhe sucederam apenas copiado o seu relato, o que não o eximia de erros e lacunas que, embora desculpáveis, não podiam passar despercebidos. Estava aí o seu interesse fundamental até ter o trabalho interrompido, deixando a obra incompleta. O traço mais curioso dos “Anais” foi a crítica

contundente de Pereira Alencastre à administração colonial em geral, e em Goiás de forma particular, atitude menos comum entre trabalhos publicados por um funcionário do Estado imperial nomeado diretamente pelo gabinete do Imperador na Revista do Instituto, ainda que o imperativo do período já fosse afirmar um presente e um futuro brasileiros, tentando diferenciar a tradição brasileira em relação à ex-metrópole em uma operação delicada de, simultaneamente, expurgar e incorporar o repertório europeu herdado (ALONSO, 2009: 92).

A tônica expressa no Discurso Preliminar foi a da denúncia do atraso das antigas capitanias por conta da política de exploração da antiga metrópole, e das medidas retrógradas mal pensadas e executadas em Goiás, que levaram à degradação dos colonos em uma região próspera, se bem administrada. O resultado final foi a transformação de uma grande mina de metais preciosos em uma das províncias mais pobres do Império, ancorada em inúmeras barbaridades cometidas à sombra do discurso da civilização e do direito de catequese.

O caso da “Memória histórica da Província de Santa Catarina” do major Manoel Joaquim d’Almeida Coelho girava em torno da extração de quanto já se tinha escrito sobre a província, confrontando escritores, arquivos e vários documentos inéditos colhidos nos arquivos antigos das Câmaras Municipais de Desterro, Laguna, São Francisco e Vila de Lages,

extraíndo o que nos pareceu mais exato e verídico, nada mais fizemos que copiar o que outros escreveram, aproveitando alguns artigos do Snr. Silvério Cândido de Faria sem discrepância de uma só vírgula. Constitui pois o nosso trabalho em reunir membros dispersos, e d’eles compor um corpo imperfeito na verdade; porque só esquadrinhando os Arquivos antigos das Províncias de S. Paulo, Rio de Janeiro, e Bahia, se poderá combinar e julgar com exatidão de algumas datas e notícias, necessárias a corroborar, ou destruir opiniões diversas de tantos Escritores. (COELHO, 1856, s/p)

Como citado anteriormente, o modelo que desejava dar unidade à escrita histórica no século XIX era atravessado por disputas e tensões, convivendo com modos alternativos de entender a prática do ofício e a diversidade de gêneros tradicionais para a exposição factual; e o traçado metodológico realizado por Almeida Coelho, no excerto supracitado, aparentava sua “Memória” dos compêndios, já em desuso à época. A ideia do compêndio era reunir escritos de outros autores que se ocuparam em estudar e escrever sobre a história de determinado lugar, fora dos moldes de uma história geral, compilação de várias obras com intenção de arrolar o maior número de fatos acerca do assunto, organizando-os em série, por meio de uma dedução cronológica, logo, um trabalho que procurava registrar a sucessão dos eventos como um processo finito e compreensível. Nas palavras de Almeida Coelho, a “Memória” não passava de

uma relação de fatos, cujas datas procurou ligar, seguindo uma ordem cronológica, a qual via como necessária nos escritos desse tipo. O mérito do autor estava na capacidade de organizar e coordenar o que já fora escrito anteriormente, na composição de uma obra nova, fruto da junção coesa daqueles escritos de base.

Ao listar as obras e seus respectivos autores na Advertência ao leitor, Almeida Coelho chamou atenção para as fontes que utilizou, provavelmente, para assegurar com isso a origem comprovada dos fatos que narrou. Ele mesmo reconheceu a falta que fazia a consulta aos arquivos das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia para confrontar e, se preciso, corrigir os dados fornecidos na bibliografia existente. Uma dessas obras foi o “Compêndio da História do Brasil” (1843) de Inácio de Abreu e Lima, um caso declarado de compilação. No Prefácio, o autor declarou que pretendia lançar uma pedra no cimento do edifício que o IHGB estava construindo em prol da história pátria, apressando-se em informar que pouco ali era de “própria lavra”, serviu-se, em grande parte, do trabalho alheio, contentando-se em “assinalar os fatos sem nenhuma reflexão”, pois preferia “passar por simples cronista do que por historiador” (LIMA, 1843: XI-XII).

O “Compêndio” tratava do Descobrimento à Maioridade, arrolando como referências estudos como as “Reflexões Críticas” e o “Diário de Pero Lopes de Sousa” (1839), editados por Varnhagen; a “Corografia Brasílica” de Aires do Casal; a “History of Brazil” de Robert Southey, resumida por Bellegarde, continuada por John Armitage e recopilada por Alphonse de Beauchamp. Esta última versão foi a principal base do trabalho e o ponto nevrálgico da polêmica desencadeada entre Abreu e Lima e Varnhagen ao longo da década de 1840, com a acusação de plágio feita pelo segundo. O fato de basear o Compêndio na compilação da “Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu’à 1810” (1815) de Beauchamp era, àquele momento, já passível de críticas duras como a de plágio, dado os mecanismos de escrita como ausência de citação, por exemplo, o que não foi o caso do trabalho de Abreu e Lima, que indicou logo no prefácio a natureza do trabalho e qual havia sido a sua maior referência. A explicação da denúncia de Varnhagen se dava justamente pelo descrédito que tal gênero gozava àquela época da constituição e profissionalização do campo historiográfico no Brasil, voltado para a produção da história geral.

O projeto elaborado por Abreu e Lima se ligava às formas tradicionais de escrita da história que vinham sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade desde o

início do século XIX, bem como a necessidade de documentos originais coletados nos arquivos. É possível que o sentido de “compilação” em algumas obras oitocentistas tendesse a demonstrar que eram baseadas em documentos e fontes, compondo um substrato que atestava a veracidade do seu conteúdo, ou seja, declarar que uma obra era compilada não equivalia a dizer que fora utilizado o mesmo método comum em séculos anteriores (SANTOS, 2013: 53-55). De toda forma, situação semelhante se deu, novamente, no Instituto, com a derrota da proposta de Júlio de Wallenstein de escrita pelo sistema de décadas, por ocasião do concurso vencido por Karl von Martius.

As obras listadas neste item possuíam importantes pontos em comum, como o fato de iniciarem com o “descobrimento” e o começo da colonização de cada província em destaque, indo até o evento da Independência, corroborando a data da emancipação como o momento crucial dos esforços de escrita da história dali em diante, invariando entre as décadas abarcadas pelos trabalhos elencados. Nesse sentido, também se manteve a diversidade de formas em escritos desde as províncias após a década de 1850 – em que já haviam sido trilhados outros caminhos como a publicação da principal síntese histórica da época, a “História geral do Brasil” (1854-1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen – conservando modelos em franco descompasso àquela altura, mas já combinados com características da historiografia moderna como a valorização da investigação arquivística e o uso de notas com documentos ao fim do volume, conforme registro da veracidade do narrado no corpo do texto, denotando a convivência entre formas mais antigas e mais recentes na disputa pelo passado.

Dentre as obras brevemente expostas aqui, cabe frisar que a “História” de Alencar Araripe se mostrou mais afinada com os textos catalisadores programados pelo IHGB, desde as escolhas temáticas até o oferecimento ao Instituto, afirmando a premência das histórias parciais naquele momento: “Nas futuras idades se escreverá a história do império, por ora só materiais podemos reunir, a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais” (ARARIPE, 1867: VI.). Impressa em Pernambuco em 1867, a obra foi lida na agremiação e reconhecida na Corte do Império imediatamente à sua publicação, realizando o intento de investigar, sistematizar e narrar os acontecimentos locais para contribuir com o relato nacional. Em 12 de agosto de 1870, o parecer referente ao primeiro volume do livro foi aprovado, e seu autor aceito sócio correspondente do grêmio (HRUBY, 2018: 338). Teve melhor aceitação do que, por exemplo, as atividades do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio

Grande do Sul, fundado em 1855, que buscou acentuar as singularidades dessa província. Ainda que a iniciativa encontrasse acolhida nos Estatutos do IHGB, a concessão da autorização só veio em 1863, último ano que se teve notícia da sua atuação permanente, uma demora que pode ter a ver com certa desconfiança do IHGB sobre um eventual controle daquela associação sobre a escrita da história do Rio Grande, especialmente acerca de temas sensíveis como a Farroupilha (BOEIRA, 2013).

A busca pelos passados particulares estava imersa em fatos confusos, dificuldades com documentação e a construção da grande narrativa nacional, e a despeito das peculiaridades, a produção historiográfica nas Repúblicas do Pacífico guardava semelhanças com sua congênere do lado de cá da fronteira. Análogo ao Brasil, o interesse pelo conhecimento histórico possibilitou aos Estados-nacionais de formação recente como a Argentina, por exemplo, o início da configuração de um campo historiográfico nacional e, ao mesmo tempo, também desde as províncias, escrevendo uma versão do passado local que não tardou em tensionar com os relatos elaborados na capital, com enfoque centralista e homogeneizador, que ocultava as diferenças espaciais existentes em nível regional para criar as histórias nacionais. Os letrados e historiadores locais responderam e confrontaram os modelos, correntes e ritmos impressos à prática historiográfica, desde Buenos Aires, proliferando uma diversidade de escritos de variados gêneros discursivos para fazer inteligível à sociedade por meio do seu passado e cimentar uma identidade nacional como relatos autobiográficos, memórias, diários, ensaios, biografias, coleções documentais, revistas, além de polêmicas pela imprensa. Uma escritura engendrada por atores que desempenhavam papéis diversos na sociedade civil e no setor público, caracterizada pela prática individual em um espaço intelectual aberto, escasso e heterogêneo, que privilegiava a forma narrativa, mesclando com outros gêneros literários.

Ao analisar a escritura desde a província de Santa Fe, Micheletti assinalou que ela ocorreu em um cenário marcado por um estancamento social e econômico que foi caminhando, em meados do século, para um vertiginoso e acelerado crescimento, implicando no âmbito cultural, em uma série de relatos testemunhais sobre o passado da província, fazendo a construção arquetípica do herói provincial e exaltando a figura de caudilhos como Estanislao López, figuras muito desprestigiadas pela historiografia centrada nos personagens e sucessos de Buenos Aires produzida por autores como Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, prolongando-se na obra historiográfica argentina posterior que a tomou por modelo (MICHELETTI, 2017: 3-10). Assim,

impulsionada pelos historiadores locais, foi surgindo em algumas províncias uma versão alternativa da história com sentido reivindicatório, exaltando as histórias provinciais e os heróis locais. A autora distinguiu aquilo que chamou “protoespacio historiográfico” – referência ao estágio anterior à existência de um campo disciplinar autônomo na Argentina, sem instituições específicas ou profissionais da história – em duas fases sucessivas. A primeira, prolongada até o início da década de 1880, caracterizou-se pela credibilidade do historiador-testemunho e o cariz memorialista, formulando representações do passado provincial que seriam desenvolvidas, adiante, pelos historiadores da fase erudita e vindicatória aberta com a publicação da “Historia de López”(1881) de Ramón Lassaga, já com influência da obra de Mitre e consciência embrionária do ofício de historiador, reivindicando o período das autonomias provinciais e o papel dos caudilhos locais, reclamando uma história feita desde as províncias como via adequada para, verdadeiramente, conhecer o passado nacional (MICHELETTI, 2014: 37-43)².

O caso santafesino permite constatar tendências e ritmos diferentes da produção historiográfica dentro da Argentina, situação próxima à observada no Brasil, guardadas as particularidades. As obras de autores brasileiros elencadas aqui não partilhavam dessa crítica ao modelo ditado desde a Corte. Se intencionavam divulgar e concorrer para o conhecimento da província, não se poderia dizer que ensejavam uma contestação ao ideal da história nacional tal como se pensava à época, como o fez Lassaga.

Convivendo com uma história nacional que pretendia explicar o passado dentro dos marcos do Estado nacional que se consolidava, as histórias provinciais ou locais ficavam circunscritas àquele espaço, compreendido como preexistente à investigação, “constructo cultural resultante de um proceso histórico que mantendría su identidad y homogeneidad desde la colonia hasta el presente” (LEONI, 2019: 6-8), assentando-se sobre os mesmos pressupostos que legitimavam a história nacional, instituindo um espaço como Estado-nação. Boa parte das obras elaboradas em Buenos Aires tratava exclusivamente do espaço rio-platense e se apresentava como história nacional, avaliando a produção efetuada nas distintas províncias como crônicas localistas e sem critérios científicos.

² O início da historiografia santafesina, como campo autônomo, teria se dado entre 1907-1910. A noção de “protoespacio historiográfico” foi tomada ao trabalho de Gustavo Prando. Na esteira da escrita de uma história nos moldes do século XIX, Bartolomé Mitre publicou a “Historia de Belgrano y de laindependencia argentina” (1857) que, mesmo se tratando da biografia de um homem, pode ser considerada “nacional” pelo propósito e objeto, a preocupação com um estilo compreendido à época como pertinente a uma obra de história.

Considerações finais

Sobre a adoção do ponto de vista da província, Hrubby fez uma reflexão interessante que pode ser utilizada para a análise dessas obras:

O ponto de vista, focalizado no local, se apresentaria como principal fundamento e garantia do saber para compor a História do Brasil. Nos textos analisados, foi comum os provincianos argumentarem segundo o que sabiam, pois lá viviam, vendo, ouvindo e coletando documentos sobre os sujeitos e episódios passados. [...]

Considerando todas essas informações, minhas análises e interpretações permitem asseverar o caráter irrevogável dos argumentos de provincialismo nas contribuições daqueles pesquisadores para a escrita da História do Brasil no século XIX. (HRUBY, 2012: 33. Grifo do autor)

O caso da Província do Ceará demonstra que a investigação sobre o passado das “partes” do Império foi construída por vários letrados escritores de histórias, expressando uma pluralidade de critérios, houve muito trabalho de pesquisa e escrita em jornais, livros, revistas, e depois nos institutos regionais, portanto, fora do “lugar autorizador” naquele momento, o IHGB (HRUBY, 2012: 100-149).

A escrita da história do Brasil conformava, portanto, um trabalho que incluía os esforços parciais em diferentes partes do país, extrapolando o projeto da grande síntese sobre o passado elaborado na Corte e lançando sua concretização para um futuro incerto. Ao narrarem sobre suas províncias, esses autores colaboravam para a construção de um passado para elas mesmas, fixando uma origem no tempo e articulando esse passado ao tempo da nação ao circunscrever o espaço da província na narrativa histórica. Tratava-se de formas diversas de se debruçar sobre a matéria histórica e, de mais a mais, de uma disputa pelo passado, seja pela forma como essa história seria escrita, a partir de qual lugar e em quais condições de acesso, seleção e trato crítico com a documentação.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de(1857). Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO XX, jan./mar.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1864). Anais da Província de Goiás. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO XXVII, jul./set.

- ALONSO, Angela (2009). Apropriações de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial: 1831-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ARARIPE, Tristão de Alencar (1867). Prefácio. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife.
- ARAUJO, Valdei Lopes de (2008). *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- ARAUJO, Valdei Lopes de (2009). Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1: 85-98, jan./jun.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1838). Discurso Preliminar. In: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Pará: Tipografia de Santos e Santos menor.
- BARBOSA, Januário da Cunha (1839). Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO I.
- BOEIRA, Luciana Fernandes (2013). *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil Imperial*. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida (1856). Advertência. In: COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória histórica da Província de Santa Catarina*. Santa Catarina: Tip. Desterrense de J. J. Lopes.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da (2017). "A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE": O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 590 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FARIA, Eduardo de (1859). *Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos*. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1: 5-27.
- HRUBY, Hugo (2012). *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. 371f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre.
- HRUBY, Hugo (2018). Tornar-se historiador no Brasil oitocentista: a escrita da primeira História da Província do Ceará (1867). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 22: 337-373.
- LEONI, María Silvia (2019). Las historias regionales y provinciales en Argentina: una aproximación desde la historia de la historiografía. *Revista Escuela de Historia*, Salta, n. 18, v. 1: 1-17.
- LIMA, José Inácio de Abreu e (1843). Prefácio. In: LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von (1845). Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 24: 381-403, jan./mar.

- MATTOS, Raimundo José da Cunha (1863). Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO XXVI.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes (2007). A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 63: 22-37.
- MENDES, Luís César Castrillon (2011). *Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- MICHELETTI, María Gabriela (2014). Posibilidades y desafíos para una periodización de la historiografía santafesina. La proto historiografía decimonónica. In: RAVINA, Aurora (Coord.). *Historia provincial, historia local, historia regional: una relectura en clave historiográfica*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti. MICHELETTI, María Gabriela (2017). Lastensionesnación/provincia en la configuración de la historiografía argentina. La escritura de la historia en Santa Fe (1850-1950). *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v. 8, n. 1: 1-30, jan./abr.
- NOBRE, Manoel Ferreira (1971). *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti.
- PADILLA, Guillermo Zermeño (2009). Historia, experiencia y modernidade en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. [Iberconceptos-I]. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAUJO, Valdei Lopes de. História (2009). In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos (2013). Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13: 45-62, dez.
- WASSERMAN, Fabio (2005). Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. *Anuario Del Centro de Estudios Históricos*, Córdoba, n. 5: 15-36.